



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001630-35.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - REGISTROS PÚBLICOS**
 Requerente: **Luciane Carolina Leone**
 Requerido: **Tenda de Umbanda Caboclo Folha Verde**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

A autora **LUCIANE CAROLINA LEONE** ajuizou a presente ação de nomeação de administrador provisório para pessoa jurídica, com pedido de antecipação de tutela em face da ré **ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA TENDA DE UMBANDA CABOCLO FOLHA VERDE** pleiteando a sua nomeação como administradora provisória da pessoa jurídica, a fim de realizar eleições, regularizar o Estatuto desta associação, adequando-o ao novo Código Civil, procedendo ao seu devido registro no órgão competente.

Aduz a autora que a Associação foi fundada em 10 de abril de 1972, sendo que a presidência esteve nas mãos do Sr. Gevaert Carli de Campos, até o seu falecimento em 1993. A partir daí teve início a gestão da última diretoria, sob a presidência do Sr. Giuseppe Ottaviano Leone, que também era o seu administrador provisório.

Com o falecimento do Sr. Giuseppe Ottaviano Leon, pai da autora, não existe diretoria legitimada a convocar assembléia geral eleitoral para preenchimento dos cargos de presidente, diretor, conselheiro, representante e suplente, adequar seu Estatuto ao novo Código Civil, bem como proceder ao seu registro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora exerce o cargo de vice-presidente da associação e tem interesse em dar continuidade na pessoa jurídica. É portanto, legitimada a pleitear a sua nomeação como administradora provisória.

O Ministério Público declinou de oficiar no feito às folhas 56/57.

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo impertinente a dilação probatória.

Sendo a pretensão da autora exclusivamente visando a sua nomeação como administradora provisória para a pessoa jurídica, inexiste situação litigiosa ou, tampouco, parte adversa, de forma que o procedimento escolhido de jurisdição voluntária é próprio para o fim almejado.

Admite-se o desencadeamento de processo de jurisdição voluntária tendente a recuperar a regularidade da representação de associação civil, com a nomeação de administrador provisório, nos termos do artigo 49 do Código Civil, que assim dispõe: "*se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório*".

Dessa forma, não sendo possível a regularização jurídico-administrativa da associação pela via extrajudicial, por ausência de continuidade registrária de seus atos, necessário se faz o atendimento do pedido inicial para a nomeação de administrador provisório, na forma do artigo 49 do Código Civil, em razão da ausência de administração formal da associação.

Os documentos juntados e argumentos expostos na inicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

revelam que a autora reúne condições de representar a associação, ainda que provisoriamente, pois ligada à administração anterior, com participação ativa nos atos da entidade (**fls 34/41**).

Ante o exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, nomeando-se como administradora provisória da pessoa jurídica Associação Espírita Tenda de Umbanda Caboclo Folha Verde, a autora Luciane Carolina Leone. Sem condenação em honorários, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária.

Custas na forma da lei.

Publique-se e intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 20 de março de 2017.

Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**